



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 014/2021 – TJAM

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº. 003/2021**

Vinculada ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 014/2021

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de 2021, o Estado do Amazonas, por intermédio do **Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas**, situado à Av. André Araújo, s/nº, Aleixo – Manaus/AM, inscrito no CNPJ nº. 04.812.509/0001-90, neste ato representado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Excelentíssimo Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, institui a **Ata de Registro de Preços (ARP) nº. 003/2021**, nos termos da Lei nº. 10.520/02; do Decreto nº. 3.555/00; do Decreto nº. 7.892/13; da Resolução nº. 025/2019 do TJ-AM; da Lei Complementar Federal nº. 123/06; do Decreto do Estado do Amazonas nº. 28.182/08, no que couber; e da Lei nº. 8.666/93, decorrente da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 014/2021 – TJAM**, conforme **Processo Administrativo nº. 2019/030057**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, obedecendo as condições descritas no edital correspondente e seus anexos, conforme segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

1 – Os preços, as quantidades e as especificações dos materiais registrados nesta Ata de Registro de Preços, bem como as respectivas empresas licitantes vencedoras – empresas registradas nesta ARP –, encontram-se indicados nas tabelas abaixo:

GRUPO 2						
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	Modelo/Marca	QTD MÍNIMA POR CONTRATAÇÃO	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO
28	Chave bóia elétrica reguladora de nível 15 a - 250v	UNIDADE	MARGIRIUS	4	50	R\$ 29,48
29	Quadro elétrico trifásico de sobrepor Din em pvc p/ 16 circuitos com kit de barramentos trifásico 100A.	UNIDADE	ANDALUZ	2	10	R\$ 270,00
30	Quadro elétrico trifásico de sobrepor Din p/ 24 circuitos com Kit de barramento Trifásico 150A.	UNIDADE	ANDALUZ	2	10	R\$ 414,40
31	Quadro elétrico trifásico de sobrepor Din p/ 44 circuitos com kit de barramento trifásico 150A.	UNIDADE	ANDALUZ	2	10	R\$ 740,00
32	Quadro elétrico trifásico de sobrepor Din p/ 56 circuitos com kit de barramento trifásico 225A	UNIDADE	ANDALUZ	2	10	R\$ 1.050,00
33	Relé fotoelétrico, potência 1200 w, alimentação Bivolt (127V/220V), com base.	UNIDADE	MARGIRIUS	10	100	R\$ 28,00
34	Disjuntor Monofásico padrão din 16A curva C.	UNIDADE	CHINT	10	100	R\$ 6,00
35	Disjuntor Monofásico padrão din 20A curva C.	UNIDADE	CHINT	10	100	R\$ 6,00
36	Disjuntor Monofásico padrão din 25A curva C	UNIDADE	CHINT	10	100	R\$ 6,00
37	Disjuntor Monofásico padrão din 32A curva C.	UNIDADE	CHINT	10	100	R\$ 6,00
38	Disjuntor Bifásico padrão din 16A curva C.	UNIDADE	CHINT	10	200	R\$ 19,00
39	Disjuntor Bifásico padrão din 20A	UNIDADE	CHINT	10	200	R\$ 19,00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	curva C.					
40	Disjuntor Bifásico padrão din 25A curva C.	UNIDADE	CHINT	10	200	R\$ 19,00
41	Disjuntor Bifásico padrão din 32A curva C.	UNIDADE	CHINT	10	200	R\$ 19,00
42	Disjuntor Trifásico padrão din 20A curva C	UNIDADE	CHINT	10	150	R\$ 27,00
43	Disjuntor Trifásico padrão din 25A curva C	UNIDADE	CHINT	10	150	R\$ 27,00
44	Disjuntor Trifásico padrão din 32A curva C	UNIDADE	CHINT	10	100	R\$ 27,00
45	Disjuntor Trifásico padrão din 40A curva C	UNIDADE	CHINT	10	100	R\$ 27,00
46	Disjuntor Trifásico padrão din 50A curva C	UNIDADE	CHINT	10	100	R\$ 31,00
47	Disjuntor Trifásico padrão din 70A curva C	UNIDADE	STECK	10	100	R\$ 59,00
48	Disjuntor 100A em caixa moldada Icu 25kA Ics 12kA mínimos em 220Vac	UNIDADE	CHINT	10	50	R\$ 185,00
49	Disjuntor 125A em caixa moldada Icu e Ics 45kA mínimos em 220Vac ajustável;	UNIDADE	CHINT	10	50	R\$ 190,00
50	Disjuntor 160A em caixa moldada Icu 25kA Ics 12kA mínimos em 220Vac	UNIDADE	CHINT	5	30	R\$ 450,00
51	Protetor contra surto transitório Elétrico DPS, Tensão Nominal 275V, Fixação em Trilho DIN com LED Sinalizador de Defeito, Corrente Mínima de Descarga 20kA, Classe II	UNIDADE	CLAMPER	20	200	R\$ 49,00
52	Fita Isolante Preta 18mm x 20m	Un.	STECK	100	500	R\$ 4,80
53	Fita Isolante Vermelha 18mm x 20m	Un.	STECK	100	250	R\$ 4,80
54	Fita Isolante Amarela 18mm x 20m	Un.	3M	100	250	R\$ 4,80
55	Fita Isolante Azul 18mm x 20m	Un.	STECK	100	250	R\$ 4,80
56	Fita Isolante Verde 18mm x 20m	Un.	STECK	100	250	R\$ 4,80
57	Kit Barramento Trifásico Trilho DIN 56 Circuitos 225A	Un.	CEMAR	5	30	R\$ 540,00
58	Kit Barramento Trifásico Trilho DIN 44 Circuitos 150A	Un.	CEMAR	5	30	R\$ 360,00
59	Kit Barramento Trifásico Trilho DIN 24 Circuitos 150A	Un.	CEMAR	5	30	R\$ 260,00
60	Haste de aterramento 5/8"x2.4m	UNIDADE	INTELLI	5	50	R\$ 31,00
61	Tomada tipo plug macho 2P+T 20A	UNIDADE	MARGIRIUS	10	100	R\$ 3,53
62	Tomada tipo plug macho 2P+T 10A	UNIDADE	MARGIRIUS	10	100	R\$ 2,50
63	Tomada tipo plug fêmea 2P+T 20A	UNIDADE	MARGIRIUS	10	100	R\$ 3,75
64	Tomada tipo plug fêmea 2P+T 10A	UNIDADE	MARGIRIUS	10	100	R\$ 3,00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

GRUPO 5						
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	Modelo/Marca	QTD MÍNIMA POR CONTRATAÇÃO	QTDE TOTAL	VALOR UNITÁRIO
100	Soquete de Pressão PI Lâmpada Fluorescente.	UNIDADE	DECORLUX	250	5000	R\$ 2,50
101	Terminal a Compressão Praelado 2,5 Mm2 Tipo Olhai, Furo 3/16".	UNIDADE	DECORLUX	100	500	R\$ 0,24
102	Terminal a Compressão Praelado 2,5 Mm2 Tipo Pino	UNIDADE	DECORLUX	100	500	R\$ 0,37
103	Terminal a Compressão Praelado, 2,5 Mm2 Tipo Garfo.	UNIDADE	INTELLI	100	500	R\$ 0,49
104	Terminal a Compressão Praelado 4,0 Mm2 Tipo Olhai, Furo 3/16".	UNIDADE	INTELLI	100	500	R\$ 0,54
105	Terminal a Compressão Praelado 4,0 Mm2 Tipo Pino.	UNIDADE	DECORLUX	100	500	R\$ 0,64
106	Terminal a Compressão Praelado, 4,0 Mm2 Tipo Garfo.	UNIDADE	INTELLI	100	500	R\$ 0,59
107	Terminal a Compressão Praelado 6,0 Mm2 Tipo Olhai, Furo 1/4"	UNIDADE	INTELLI	100	300	R\$ 0,83
108	Terminal a Compressão Praelado 6,0 Mm2 Tipo Pino.	UNIDADE	DECORLUX	100	300	R\$ 0,64
109	Terminal a Compressão Praelado, 10,0 Mm2 Tipo Olhai, Furo 1/4".	UNIDADE	DECORLUX	10	100	R\$ 1,15
110	Terminal a Compressão 1 Furo 10,00 Mm2.	UNIDADE	DECORLUX	10	100	R\$ 1,50
111	Base para Relé tipo fotoeletrico 1000w / 220 v	UNIDADE	MARGIRIUS	10	100	R\$ 8,00
112	Interruptor para embutir, Duas Teclas, acionamento tipo tree way, espelho 4x2.	UNIDADE	WEG	10	100	R\$ 21,00
113	Interruptor para embutir, Duas Teclas, Tensão 220v (dois polos), tipo Tree-Way, espelho 4x4, branco pial plus ou similar superior.	UNIDADE	WEG	20	200	R\$ 16,50
114	Interruptor de sobrepor, Duas Teclas, Tipo Simples, completo (Caixa e Interruptor).	UNIDADE	WEG	10	100	R\$ 14,00
115	Interruptor para embutir, Uma Tecla, Tipo TreeWay, espelho 4x2, branco pial plus ou similar superior.	UNIDADE	WEG	5	50	R\$ 11,00
116	Interruptor para embutir, Uma Tecla, Tensão 220V (dois polos), Tipo simples, espelho 4x2, branco pial plus ou similar superior	UNIDADE	WEG	20	200	R\$ 9,00
117	Tomada de embutir 2P+T 20A 4x2 pial plus branca ou similar superior.	UNIDADE	WEG	50	500	R\$ 11,00
118	Tomada tipo plug fêmea 2P+T 20A (novo padrão)	UNIDADE	MARGIRIUS	20	200	R\$ 5,00
119	Tomada de sobrepor 250V / 20A 2P+T completa (Caixa e Tomada).	UNIDADE	WEG	50	500	R\$ 10,00
120	Tomada de sobrepor 250V / 10A 2P+T completa (Caixa e Tomada)	UNIDADE	WEG	50	500	R\$ 9,50
121	Tomada Padrão Branca 20A 250V 14136 20ABR Hellerman	UNIDADE	STECK	50	500	R\$ 7,50

**EMPRESA:** POOL ENGENHARIA, SERVIÇO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONSTRUÇÕES LTDA

**CNPJ:** 01.106.257/0001-95

**TELEFONE(S):** (92) 3659-2278 / (92) 99374-2747



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

E-MAIL: [vendas07@pooeletrica.com](mailto:vendas07@pooeletrica.com) / [vendas09@pooeletrica.com](mailto:vendas09@pooeletrica.com)

ENDEREÇO: AV. DR. THEOMÁRIO PINTO DA COSTA, Nº 710, BAIRRO CHAPADA. CEP: 69055-055

BANCO: BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA: 5927-7

CONTA CORRENTE: 65594-5

## CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1 – No quadro acima, é apresentado o quantitativo estimado do objeto da licitação, o qual será adquirido de acordo com a necessidade e conveniência do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante solicitação de fornecimento de materiais e emissão da respectiva Nota de Empenho.

2.2 – O Tribunal de Justiça do Amazonas convocará a empresa registrada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, retirar a Nota de Empenho ou a encaminhará via e-mail, devendo, nesse caso, ser acusado de seu recebimento no mesmo prazo, sob pena de decair o direito da prestação do serviço, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

2.3 – O objeto desta licitação deverá ser entregue com as especificações e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, definidos no Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº. 014/2021 – TJAM, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho pela empresa registrada.

2.4 – As despesas com seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas no fornecimento do objeto correrão por conta da empresa registrada.

2.5 – Após o fornecimento do objeto da licitação pela empresa registrada, o Tribunal de Justiça do Amazonas os submeterá às verificações quanto às especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº. 014/2021 – TJAM e na proposta de preços. As verificações serão realizadas pela Divisão de Engenharia deste Poder, conforme Termo de Referência.

2.6 – No caso de constatação de divergência entre o objeto entregue com as especificações no Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº. 014/2021 – TJAM e/ou na proposta de preços, a empresa registrada deverá efetuar a troca dos mesmos no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados a partir da comunicação da recusa.

2.7 – Caso a empresa registrada não entregue o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº. 014/2021 – TJAM, deverá a Divisão de Engenharia deste Poder comunicar de maneira formal e imediata, à Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas para as providências cabíveis.

**2.8 – A inobservância dos prazos dispostos nesta cláusula pela empresa registrada a sujeitará às sanções legais cabíveis.**

2.9 – Quando por fato superveniente, excepcional, estranho à vontade das partes não for possível o cumprimento do prazo de entrega, a empresa registrada deverá, anteriormente ao término dos prazos estipulados neste instrumento, encaminhar documento com justificativas pelo atraso, comprovadamente, requerendo a extensão do prazo, devidamente fundamentado, para análise por parte do Tribunal de Justiça do Amazonas.

2.10 – Quanto a acréscimos nas quantidades de que trata o quadro da Cláusula Primeira, dever-se-á observar o disposto no artigo 20 do Decreto Estadual nº 34.162/2013.

## CLÁUSULA TERCEIRA DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Tribunal de Justiça do Amazonas não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES – “CARONA”**

4.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, que desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar o TJAM para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.2 – Caberá ao fornecedor registrado na Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o TJAM.

4.3 – As aquisições ou contratações adicionais, a que se refere esta cláusula, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens registrados nesta Ata de Registro de Preços para o TJAM.

4.4 – O quantitativo decorrente das adesões a esta Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o TJAM, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.5 – Após a autorização do TJAM, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.6 – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TJAM.

**CLÁUSULA QUINTA  
 DO PAGAMENTO**

5.1 – O pagamento constante da solicitação do serviço será efetuado pela Divisão de Orçamento e Finanças do TJAM, de acordo com a legislação vigente, após recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, conferida e atestada pelo setor requisitante, comprovando a prestação do serviço de maneira satisfatória.

5.2 – Poderão ser solicitados para o pagamento: Nota Fiscal, de acordo com a legislação vigente, provas de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade do FGTS), perante o Instituto Nacional do Seguro Social (Certidão Negativa de Débito do INSS), perante a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos TRIBUTOS FEDERAIS e à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO), perante a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de DÉBITO DO ESTADO), perante a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de DÉBITO MUNICIPAL), e perante a Justiça do Trabalho.

5.2.1 – A regularidade de que trata a Cláusula 5.2 poderá ser verificada por meio do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

5.3 – Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, de acordo com a legislação vigente, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento fluirá a partir da respectiva regularização.

**CLÁUSULA SEXTA  
 DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.1 – Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao TJAM promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2 – Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJAM convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.2.1 – Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.2.2 – A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TJAM poderá:

I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II – convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.3.1 – Não havendo êxito nas negociações, o TJAM deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.4 – O registro do fornecedor será cancelado quando:

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

6.4.1 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens I, II e IV será formalizado por despacho do órgão TJAM, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.5 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I – por razão de interesse público; ou

II – a pedido do fornecedor.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS SANÇÕES

7.1 – Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços ou não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multa de até 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação ou do valor contratado, conforme o caso, e demais cominações legais.

7.2 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.3 – A multa a que se refere o item anterior poderá ser descontada do pagamento eventualmente devido pelo Tribunal de Justiça do Amazonas ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.4 – Serão aplicados subsidiariamente ao previsto na Cláusula 7.1, pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.5 – A aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item anterior e a prevista na Cláusula 7.1 poderão ser aplicadas juntamente com a sanção prevista na alínea “b” do item anterior.

7.6 – O não comparecimento do licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a Nota de Empenho, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeito às sanções estabelecidas neste edital.

7.7 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas.

7.8 – As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente divulgadas no Diário da Justiça Eletrônico, no *site* do Tribunal de Justiça do Amazonas e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

#### **CLÁUSULA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1 – Será incluído, nesta Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

8.1.1 – A ordem de classificação dos licitantes registrados nesta Ata de Registro de Preços, na forma do item anterior, deverá ser respeitada nas contratações.

8.1.2 – O registro a que se refere a Cláusula 8.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nas Cláusulas 6.4 e 6.5 deste instrumento.

8.1.3 – A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere a Cláusula 8.1 será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nas Cláusulas 6.4 e 6.5 desta Ata de Registro de Preços.

8.2 – A critério do Tribunal de Justiça do Amazonas, a presente Ata de Registro poderá ser:

- a) Revogada, a juízo do Tribunal de Justiça do Amazonas, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- b) Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado na defesa do interesse do serviço público e de acordo com a legislação vigente.



PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.3 – Na contagem dos prazos deste edital será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando-se o expediente normal deste Órgão, de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, salvo expressa disposição em contrário.

8.4 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Amazonas.

8.5 – Integram esta ARP, o edital do **Pregão Eletrônico nº. 014/2021 – TJAM** e seus anexos, e a proposta da empresa: **POOL ENGENHARIA, SERVIÇO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ: **01.106.257/0001-95**, vencedora do certame supramencionado.

8.6 – Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas.

8.7 – Fica eleito o foro da Comarca de Manaus, capital do Estado do Amazonas, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

**POOL ENGENHARIA, SERVIÇO, INDÚSTRIA E  
 COMÉRCIO DE CONSTRUÇÕES LTDA**

**Testemunhas:**

**Elízia Mara Costa Israel**  
 Matrícula nº 33456

**Tatiana Paz de Almeida**  
 Matrícula nº 33359

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME

**EFRAIN BRAGA BEZERRA**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
**276857 SESEG AM**

CPF DATA NASCIMENTO  
**027.966.862-72 09/08/1954**

FILIAÇÃO

**HEREMILTON RODRIGUES B  
EZERRA  
HOZANA BRAGA DA SILVA**

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

**AB**

Nº REGISTRO

**00843686785**

VALIDADE

**20/08/2022**

1ª HABILITAÇÃO

**04/05/1976**

OBSERVAÇÕES

**A**

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

**MANAUS, AM**

DATA EMISSÃO

**22/08/2019**

**DIRETOR PRESIDENTE**

ASSINATURA DO EMISSOR

**62836157855  
AM030732247**

**AMAZONAS**

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
**1825151626**

PROIBIDO PLASTIFICAR

**1825151626**